## **SENTENÇA**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Processo Digital n°: 1010258-18.2014.8.26.0566

Classe – Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor

Requerente: ALVARO FERNANDO BAGNATO
Requerido: NELSON SALVADOR BAGNATO

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Caio Cesar Melluso

Vistos

O requerente Álvaro Fernando Bagnato, ajuizou o pedido de alvará judicial para levantamento do resíduo de benefício (aposentadoria), assim como de saldo bancário junto à Caixa Econômica Federal em razão do falecimento de sua genitora Zilah Vicentini Coimbrão, falecida em 12 de julho de 2014.

Os demais herdeiros anuíram com o pedido (fls. 06 e 08).

É o Relatório. DECIDO.

O chamado *alvará independente*, assim entendido aquele que dispensa, para ser expedido, de processo de inventário ou de arrolamento em curso, somente tem cabimento para o pagamento dos valores previstos na Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, nos exatos termos do art. 1.037 do Código de Processo Civil.

Esses valores estão discriminados no art. 1°, parágrafo único, do Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981, que regulamentou a Lei nº 6.858/80, e são os seguintes: *a)* quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego; *b)* quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores; *c)* saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS/PASEP; *d)* restituições relativas ao imposto de renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas; e *e)* saldos de contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO CARLOS FORO DE SÃO CARLOS 4ª VARA CÍVEL RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Mesmo em se tratando de pedido de levantamento de valores provenientes de benefício previdenciário, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo já se manifestou pelo deferimento do pedido: Alvará - Resíduo de Benefício Previdenciário - Viúva que se apresenta como a única dependente do "de cujus" - Possibilidade - Inteligência do art. 16, inc. I, da Lei nº 8.213/91. Ademais, aplicação analógica das disposições da Lei nº. 6858/80. Decisão reformada. Recurso Provido. (APL 994092768384 SP, Relator(a): Egídio Giacoia, Julgamento: 23/03/2010, Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado).

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

No caso concreto, o ofício de fl. 22, informa a inexistência de requerimento de pensão por morte, de modo que inexistem dependentes habilitados perante a Previdência Social. Como é sabido, na falta de dependentes habilitados, farão jus ao recebimento dos valores os sucessores do falecido.

Como se vê, a pretensão do autor está amparada na Lei nº 6.858/80 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 85.845/81.

Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, **julgo procedente** o pedido, para o fim de determinar a expedição de alvarás que autorizem a pessoa de ÁLVARO FERNANDO BAGNATO, a proceder ao levantamento do valor remanescente dos benefícios previdenciários nºs 21/162848725/6 e 41/044369915/1, assim como do saldo existente na conta/poupança junto à Caixa Econômica Federal, em nome do *de cujus* Nelson Salvador Bagnato.

Consequentemente, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, expeça-se o alvará.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA